

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.979 - GO (2018/0233611-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : EDSON RODRIGUES ROSA
ADVOGADO : RONIVAN PEIXOTO DE MORAIS - GO017003
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal (homicídio qualificado), à pena de 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, que restou parcialmente provido para afastar circunstâncias judiciais desfavoráveis e compensar a atenuante da confissão com a agravante da violência doméstica contra mulher, reduzindo a pena para 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime inicial fechado.

O acórdão restou assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO TORPE E POR RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. ALEGAÇÃO DE QUE O VEREDICTO É MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. IMPERTINÊNCIA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE CONVICÇÃO A AMPARAR A ESCOLHA DOS JURADOS. TESE DE EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS. MOTIVO TORPE. EMPREGO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. INVIABILIDADE. CONFORMIDADE MÍNIMA COM O CONJUNTO PROBATÓRIO. PENA-BASE. AJUSTE. ATENUANTE. CONFISSÃO. AGRAVANTE. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. COMPENSAÇÃO. EXECUÇÃO PENAL IMEDIATA. PERTINÊNCIA. EXPEDIÇÃO DE GUIA DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA. 1. Se o veredicto dos jurados, no sentido da condenação do acusado pela prática do delito de homicídio qualificado pelo motivo torpe e pelo emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima se acha minimamente amparado no conjunto probatório, afigurando-se a escolha de uma das versões existentes nos autos, mantém-se o julgamento realizado pelo Conselho de Sentença, porquanto a anulação somente se apresenta possível quando a opção se mostra absolutamente contrária às provas produzidas. 2. Havendo contingente probatório que respalde as qualificadoras do motivo torpe e do emprego de recurso que

Superior Tribunal de Justiça

impossibilitou a defesa da vítima, fica inviabilizada a anulação do julgamento do Tribunal do Júri e, por conseguinte, são inviáveis a exclusão dessas circunstâncias. 3. Verificado que, na fixação da pena-base, as justificativas expostas pelo julgador no que diz respeito à culpabilidade, à conduta social, à personalidade e às consequências ou já foram desvalorados pelo próprio tipo penal, ou não são pertinentes aos vetores analisados, reduz-se a sanção para quantia mais proporcional à análise do artigo 59 do Código Penal. 4. Na segunda fase da dosimetria da sanção, compensa-se a atenuante da confissão com a agravante da violência doméstica contra a mulher. 5. Mantida a condenação no segundo grau de jurisdição, ausente situação de flagrante ilegalidade, determina-se a expedição da guia de execução provisória para início imediato do cumprimento da reprimenda. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Em sede de recurso especial, a defesa aponta violação ao disposto no art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, arts. 208, 593, III, "d" e 619, todos do Código de Processo Penal e art. 121, § 2º, I e II do Código Penal. Sustenta, preliminarmente, nulidade processual, em razão da disponibilização da informação da data de julgamento ter sido no mesmo dia deste e, no mérito, ocorrência de omissão do julgado, pois não apreciada a tese referente ao art. 593, III, "d" do CPP, a anulação do julgamento, pois a decisão dos jurados foi contrária a prova dos autos e, subsidiariamente, o decote das qualificadoras do crime de homicídio.

A r. decisão agravada inadmitiu o recurso especial, haja vista o óbice contido na Súmula n. 07/STJ, além da ausência de omissão e inviabilidade de análise de ofensa a dispositivos constitucionais.

Em agravo em recurso especial, a defesa alega a ocorrência de omissão, ocasionando a violação do art. 619, a desnecessidade de reexame de provas e que o acórdão violou dispositivos legais.

Contraminuta as fls. 1344/1345.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 1362/1364).

É o relatório. Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Passo à análise do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

De início, quanto à nulidade processual aventada, "Não compete ao Superior Tribunal de Justiça o exame da alegada ofensa ao art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, por ser matéria reservada à competência do Supremo Tribunal Federal" (AgRg no AREsp 1532788/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 27/09/2019).

O Tribunal de origem assentou quanto à anulação do julgamento(fl. 1225/1226):

*Com relação à pretensão recursal propriamente dita, tem-se que a defesa requer, como primeiro pedido, a **anulação do julgamento, ante a sua manifesta contrariedade ao conjunto probatório**, uma vez que o acusado agiu sob o manto da legítima defesa, porquanto apenas efetuou dois disparos de arma de fogo para repelir o tiro desferido pela vítima.*

(...)

*Nessa perspectiva, passa-se a avaliar se a escolha dos jurados no sentido da condenação do recorrente tem uma conformidade mínima com os elementos de convicção. **A esse respeito, compreende-se que a resposta condenatória do Conselho de Sentença está minimamente respaldada nos autos, haja vista que constam provas da materialidade e da autoria.***

Isso porque a existência material do fato está, assim como foi destacado no acórdão que julgou o recurso em sentido estrito, demonstrada por meio do laudo de exame cadavérico constante às fls. 133-138.

A seu turno, a autoria está relevada, em primeiro plano, pela confissão qualificada do acusado, levada a efeito no seu interrogatório em plenário, quando ele admitiu que efetuou disparo de arma de fogo contra a vítima, embora tenha sustentado que fizera isso como revide do tiro que ela desferiu nele (mídia constante às fls. 1.083).

Além disso, a autoria também se acha evidenciada pelas declarações, colhidas na sessão plenária, prestadas pelas testemunhas Fernando Riva e Camila Rezende Porazzi e, ainda, pelo informante Edson Caíque Rodrigues, filho do acusado e da vítima.

Assim, a Corte de origem enfrentou a tese defensiva acerca do disposto no art. 593, III, "d", do CPP, não havendo se falar em omissão do julgado.

A propósito:

PROCESSO PENAL. PENAL. AGRAVO REGIMENTAL

Documento: 101912711

Página 3 de 5

Superior Tribunal de Justiça

NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA FINS DE TRÁFICO E RECEPÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. CABIMENTO. OMISSÃO OU INSUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. MATÉRIA QUE NÃO PODE SER APRECIADA. AGRAVO DESPROVIDO.

(...)

2. Constata-se que incorreu omissão ou insuficiência da fundamentação do acórdão, haja vista que este enfrentou de maneira clara e fundamentada as questões postas nos autos, tendo concluído que o réu deveria ser condenado.

(...)

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 726.254/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018 - Grifo Nosso).

Com efeito, a desconstituição do entendimento do Tribunal *a quo*, para atender o pleito defensivo, no sentido de que a decisão dos jurados foi contrária a prova dos autos ou mesmo para o decote das qualificadoras, demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 07/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Admite-se a anulação do julgamento do Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, III, d, do CPP, apenas quando a decisão dos jurados for absolutamente divorciada das provas dos autos. 2. Optando os jurados por uma das versões apresentadas, que imputa ao apelante a autoria do crime de homicídio qualificado, a qual encontra lastro no conjunto probatório, deve ser preservado o julgamento realizado pelo Tribunal Popular. 3. A reversão das premissas fáticas do acórdão encontra óbice na Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1478300/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 10/09/2019)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADA. APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ QUANTO ÀS ALEGAÇÕES

Superior Tribunal de Justiça

DE: NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS, RECONHECIMENTO DE QUE O RÉU TENHA AGIDO EM LEGÍTIMA DEFESA OU SOB VIOLENTA EMOÇÃO E OCORRÊNCIA DE ABERRATIO ICTUS QUANTO AO HOMICÍDIO TENTADO. CONTINUIDADE DELITIVA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO E INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA. POSSIBILIDADE. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte Superior já firmou o entendimento de que a procedência ou não das qualificadoras reconhecidas pelo Júri implica no reexame do material fático-probatório dos autos. Precedentes.

(...)

6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 372.202/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017 - Grifo Nosso).

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator